



# SÉRIE TEMPORAL DA DENGUE NO RIO GRANDE DO SUL

TORRES, Ingrid  
TIMM, Francielle da Silva  
SILVEIRA, Eliane Fraga da  
[eliane.silveira@ulbra.br](mailto:eliane.silveira@ulbra.br)  
ULBRA

## INTRODUÇÃO

Devido a dengue impactar milhares de pessoas no Brasil houve a necessidade de implementar políticas públicas a fim de mitigar os efeitos da doença (FREY, 2000). Entre as diversas políticas, a Política Nacional de Combate à Dengue (2002) procurou incorporar experiências nacionais e internacionais de controle da dengue em todos os municípios brasileiros (BRASIL, 2002); o Levantamento Rápido do índice de *Aedes aegypti* (2003), cujo programa consiste na identificação e mapeamento dos criadouros do mosquito, atua permitindo que as autoridades avaliem as atividades desenvolvidas e redirecionem, caso seja necessário, novas ações de controle ao vetor (RODRIGUES, 2019); as Diretrizes Nacionais de Prevenção e Combate a Epidemias de Dengue (2009) visam auxiliar estados e municípios na organização das atividades de prevenção e controle da dengue (BRASIL, 2009); e a Força Nacional do Sistema Único de Saúde (2011) cuja atuação deve ser solicitada através da declaração de emergência quando esgotada a capacidade de resposta dos municípios ou Estados (OLIVEIRA *et al.*, 2014).

## OBJETIVO

Analisar a série temporal de casos de dengue no estado do Rio Grande do Sul entre os anos de 2014 a 2021.

## METODOLOGIA

É um estudo ecológico e descritivo. Os dados foram obtidos na plataforma DATASUS, referentes aos anos de 2014 a 2021. As variáveis analisadas foram: sexo, idade, cor e escolaridade, e por número de casos por Macrorregião de Saúde do Rio Grande do Sul.

## RESULTADOS

No período analisado, foram notificados 21.238 casos de dengue no Rio Grande do Sul. Na série histórica analisada, ocorreram dois picos: 2016 e 2021 (Fig.1).

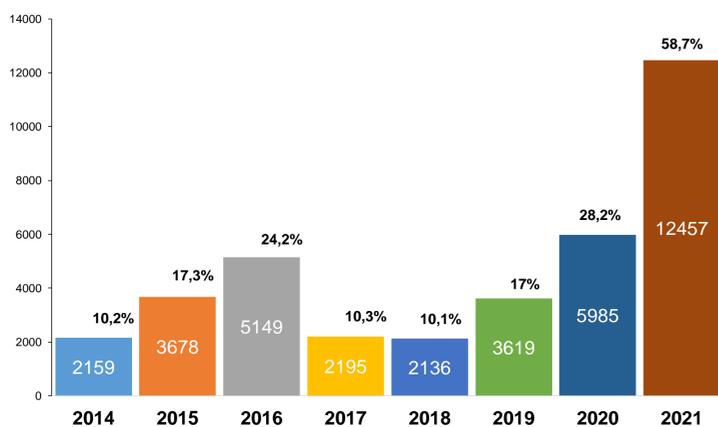


Figura 1: Número e porcentagem dos casos de dengue notificados no Rio Grande do Sul, no período de 2014 a 2021.

Considerando as macrorregiões de Saúde do Estado, as regiões que registraram as maiores prevalências de notificações foram Norte e Vales. E as com menor número de casos foram Sul e Serra (Fig. 2)

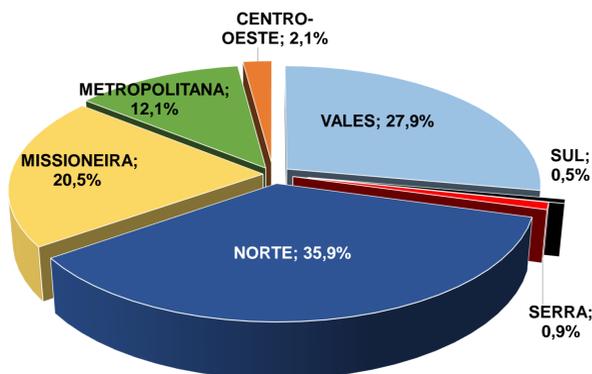
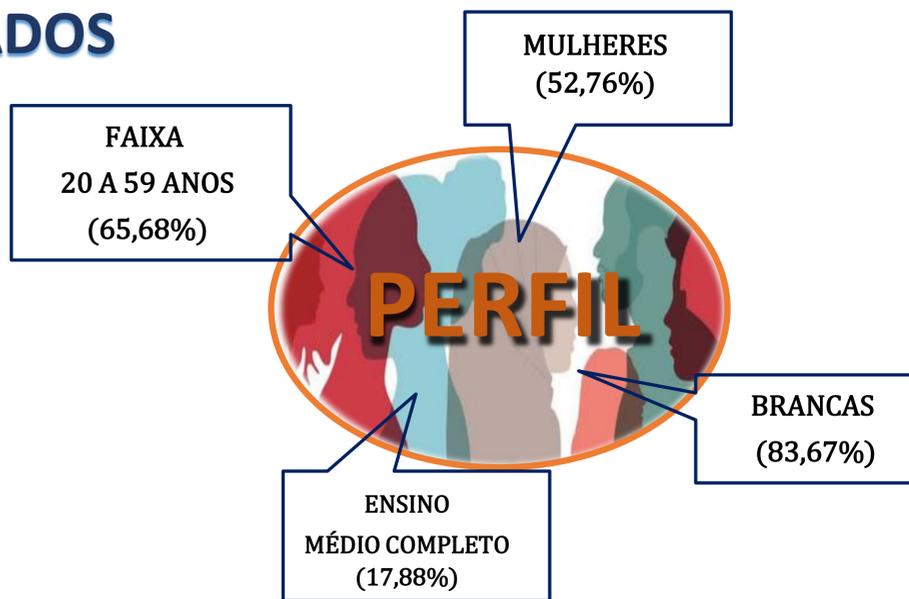


Figura 2: Porcentagem de casos de dengue notificados por macrorregião de Saúde do Rio Grande do Sul no período entre 2014 e 2021.

## PERFIL



Quanto a classificação do agravo e as macrorregiões de Saúde, a Dengue foi prevalente em todas as macrorregiões, com exceção da Sul que teve mais prevalência os casos inconclusivos (51,6%). A região Serra apresentou maiores prevalências em dados inconclusivos (44,7%) e como dengue (39,6%).

Sobre as hospitalizações dos pacientes diagnosticados com dengue no período analisado entre as macrorregiões, observa-se que as regiões Vales, Norte, Missioneira e a região Centro-Oeste registraram uma prevalência de 60,4% a 88,5% de não internações dos acometidos por dengue.

## REFERÊNCIAS

- BRASIL. Ministério da Saúde. **Plano Nacional de Controle da Dengue**. Vigilância epidemiológica, 2002.
- BRASIL. Ministério da Saúde. **Diretrizes nacionais para prevenção e controle de epidemias de dengue**. Secretaria de Vigilância em Saúde, Departamento de Vigilância das Doenças Transmissíveis – Brasília, 2009.
- FREY, K. Políticas públicas: um debate conceitual e reflexões referentes à prática da análise de políticas públicas no Brasil. **Planejamento e Políticas Públicas**, n. 21, p.211-259, 2000.
- OLIVEIRA, R.B.; HORTA, M.A.P.; BARBOSA, D.S. et al. Emergências em Saúde Pública de importância nacional e internacional no Brasil, 2006-2012. **Revista de Saúde Pública de Santa Catarina**, Florianópolis, v. 7, p. 17-32, 2014.
- RODRIGES, E.A.S.; LIMA, S.C. Associação entre a incidência do levantamento de índice rápido de *Aedes aegypti* (LIRAA) e as condições climáticas em Uberlândia, Minas Geral, Brasil entre 2014 a 2016. **Revista Caminhos de Geografia**, v.20, n. 72. Uberlândia, 2019.

## CONCLUSÃO

No Rio Grande do Sul, ainda que os casos de dengue sejam muito variáveis de um ano para o outro, apresentam tendência crescente, com aumento exponencial nos últimos três anos. Esse cenário possivelmente indique falhas na coordenação federativa no controle da epidemia de dengue em anos recentes e uma necessidade de reavaliação e atualização do programa como um todo. Além disso, revela deficiência por parte da esfera Estadual em adaptar o programa federativo à realidade local.